



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Comissão	Nº
de	126
Licitação	⊕
Processo nº	

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

Pregão Presencial nº 002/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 124
Processo nº	Rubrica max

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefone/fax nº (22) 98175-2073, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial, cujo Edital recebeu o nº 002/2019, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 10h (dez horas) do dia 04 de setembro de 2019, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

- 1.4.1-** Formulário de Proposta - Anexo I
- 1.4.2-** Minuta de Contrato - Anexo II
- 1.4.3-** Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III
- 1.4.4-** Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV
- 1.4.5-** Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V
- 1.4.6-** Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI
- 1.4.7-** Termo de Referência - Anexo VII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a **contratação de serviços de hemodiálise à beira do leito para as Unidades Hospitalares subordinadas à Fundação Municipal de Saúde**, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;

b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo



Comissão Permanente de Licitação
Ass: 129
Assinatura: [assinatura]

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- c) Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, a pregoeira solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pela pregoeira. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo a Pregoeira sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será



131
P

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, a pregoeira solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.



132
Q

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação dos dois primeiros documentos acarretará no impedimento da empresa em participar do certame; Ao passo que a ausência da declaração de enquadramento restringirá tão somente o acesso aos benefícios concedidos pela LC nº 123/06. Por fim, o licitante devidamente credenciado que não apresentar as citadas declarações, poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.



134
P
134

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço global**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "**HABILITAÇÃO**" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.19**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;



136

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



137
①

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, em por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

8.3.2- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.4- Comprovação de capital social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final ofertado pela licitante.

8.3.5- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.



139
Ⓟ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

8.3.5.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.6.

8.3.5.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.5 e 8.3.6, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.6- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.6.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.5 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - As licitantes deverão apresentar documentação de qualificação técnica conforme exigido no item 11 do Termo de Referência – Anexo VII.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da



Comissão Permanente de Licitação
140
19/06/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet poderão ter sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começara a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.



Contrato nº 191
19/06/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso nos serviços, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa, quando e se efetivada, correrá pelo código **1030100824367** relativo ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesa **339039**.

12- DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- A empresa vencedora deverá retirar a Nota de Empenho e assinar o contrato no prazo de **03 (três) dias**, a contar da comunicação efetivada pelo **setor de contratos**;

12.1.2- A empresa deverá prestar os serviços pelo período de **12 (doze) meses**, na forma do Termo de Referência (anexo VII do edital), sob pena das sanções legais cabíveis.

12.1.3- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de início de prestação dos serviços.

12.1.4- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.5- Em se tratando de serviços, o objeto deste certame será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei.



142

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

12.2 - LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1- O licitante vencedor desta licitação terá que prestar os serviços nos locais indicados no item 7 do Termo de Referência (anexo VII do edital).

12.3- DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação será executado na forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da FMS para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.1.1 - A solicitação de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal**, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais, ou encaminhadas por e-mail para o seguinte endereço pregao@campos.rj.gov.br;

14.1.2- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

15- DO VALOR

15.1- Estima-se o valor total desta licitação em **R\$ 3.498.868,80 (três milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)**.

16- DO PAGAMENTO

16.1- Pelos serviços objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a FMS pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, 30 dias após a execução dos serviços.



143
P

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

16.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

16.4- O pagamento da parcela será efetuado pela FMS à CONTRATADA, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

16.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 16.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da FMS, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.5, será efetivado mediante autorização expressa do(a) Presidente da FMS, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao/à mesmo(a).

16.7- Caso a FMS efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a FMS devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 16.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 16.5;

16.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17- DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável.

18



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019 099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2- É facultado o pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

18.7- O FMS poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 19 de junho de 2019.


José Dalton de Souza Pinto Filho
- Pregoeiro -



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fls: 145
Unidade	Assinatura

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

Anexo I - Proposta Comercial

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificações do Termo de Referência)	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMOS (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMOS (R\$)
1	Sessões de hemodiálise	3.840	Unid.		
2	Sessões de hemodiálise estendida (SLED)	240	Unid.		
Total por extenso: R\$					

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 002/2019, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 002/2019, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FMS E A
EMPRESA _____.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Rocha Leão nº 02, Bairro Caju, Campos dos Goytacazes/RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 31.506.306/0001-48, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Ilustríssimo Senhor Presidente _____, e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº 2019.099.000022-9-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **contratação de serviços de hemodiálise à beira do leito para as Unidades Hospitalares subordinadas à Fundação Municipal de Saúde**, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital e, em especial, na Nota de Empenho nº ____/201__.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;



147
⊕

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2019.099.000022-9-PR e em tudo o mais que se relacione com os serviços objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 002/2019.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) prestar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelos serviços;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.



198
⊕

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a prestação dos serviços objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____
(_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. 1030100824367 e pela Natureza de Despesa N.D. 339039, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Na hipótese da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme



Comissão de
Licitação
149
P
Processo nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR

Data: 19/06/2019

a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da CONTRATADA;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;



Comissão Permanente de Licitação 150
Q

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de prestação dos serviços objeto deste contrato é de 12 (doze) meses, conforme item 10 do Termo de Referência (anexo VII do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela CONTRATANTE, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado na forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 002/2019, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA e respectivos anexos do processo administrativo nº 2019.099.000022-9-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente CONTRATO, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019



Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2019.

Contratante:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada:

Testemunhas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)
CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Cédula de
Identidade nº e CPF sob o nº a
participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, na
modalidade **PREGÃO nº 002/2019**, supra-referenciada, na qualidade de *Representante legal da
Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa
....., **bem como**
formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar
contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2019.

Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 002/2019

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019

Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

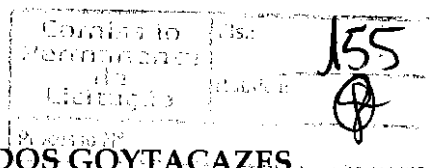
.....
(nome da empresa)
CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em
cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO Nº 002/2019.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 002/2019



Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP
(Modelo)
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 002/2019

.....(razão social do licitante) com endereço na

inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar, sendo considerada:**

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

30



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº002/2019



Processo nº 2019.099.000022-9-PR
Data: 19/06/2019

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente termo de referência tem por objeto determinar as condições que disciplinam a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HEMODIÁLISE À BEIRA DO LEITO PARA AS UNIDADES HOSPITALARES SUBORDINADAS DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**.
- 1.2. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma presencial, que será aferido pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme condições deste Termo de Referência.
- 1.3. O objeto deste termo de referência é composto de diversos itens, agrupados em um único lote: "LOTE 01". O agrupamento dos itens em um único lote, justifica-se pela similaridade dos serviços e pela necessidade de uma única empresa especializada executá-los, de modo a possibilitar a otimização e a racionalidade da execução contratual, no que tange a segurança dos pacientes que necessitam da prestação do serviço em tela para a manutenção do seu bem maior, a vida.
- 1.4. Na avaliação das propostas, também será considerado o valor unitário de cada item que compõe cada LOTE, sendo realizada uma ampla pesquisa de mercado para evitar distorções na estimativa de valores de referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de: (i) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; (ii) integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema e (iii) igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde à população. Cabe à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde.

A presente contratação faz-se **necessária para contratação de empresa especializada para a execução do serviço de Hemodiálise à Beira de Leito para atender a demanda dos pacientes internados no Hospital Geral de Guarus e Hospital Ferreira Machado, administrados pela Fundação Municipal de Saúde.**

Estas unidades desenvolvem extenso conjunto de ações de natureza assistencial nos diferentes níveis, primário, secundário e terciário, conciliando procedimentos eletivos e de emergência, bem como ações de ensino e pesquisa. Ademais, nestas unidades os trabalhos são desenvolvidos em sistema de plantão de 24 horas diárias.

Urge salientar que as unidades hospitalares supracitadas são referência em todo Norte e Noroeste Fluminense em atendimento de urgência e emergência branca e vermelha, corroborando desta forma, a real necessidade da referida contratação no que diz respeito à qualidade no atendimento dos pacientes para diagnóstico e tratamento de suas patologias.

3. DA ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. Objeto- Sessões de Hemodiálise por tipo.

O número total estimado de sessões de hemodiálise é de 340 (trezentos e quarenta) procedimentos/mês sendo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Sessões de hemodiálise	Unid.	3840
2	Sessões de hemodiálise estendida (SLED)	Unid.	240

3.2. Materiais e Insumos fornecidos pela Contratada por sessão:

3.2.1. HEMODIALISE CONVENCIONAL

Item	Especificação	Unid.	Qtd. por Sessão	Qtd. prevista por mês (320 sessões)
1	Isolador de pressão	unidade	1	320
2	Dialisador de fibras capilares de polissulfona (ou outro de fibra 100% sintética similar) de alta performance, estéril, embalado individualmente, nos tamanhos correspondentes/aproximados: superfície 1,6m até 2,2 m	unidade	1	320
3	Linha de sangue para hemodiálise venosa, em embalagem estéril individual (RDC 185/2001)	unidade	1	320
4	Linha de sangue para hemodiálise arterial, sem catálise, em embalagem estéril individual (RDC 185/2001)	unidade	1	320
5	Solução ácida – Galão de 5 litros	unidade	1	320
6	Solução básica – Galão de 5 litros	unidade	2	640
7	Agulha descartável 30x7	unidade	1	320
8	Equipo macrogotas flexível simples	unidade	1	320
9	Compressa 7,5 x 7,5 9 fios estéril (5unid. por pacote)	unidade	8	2560
10	Luva de procedimento não estéril (par)	unidade	8	2560
11	Luva de procedimento estéril 7,5 (par)	unidade	2	640
12	Máscara descartável	unidade	2	640
13	Seringa 5ml 0,70x25 c/ agulha	unidade	1	320
14	Seringa 5ml s/ agulha	unidade	2	640
15	Seringa descartável 20ml s/ agulha	unidade	3	960
16	Heparina 5000UI/ml, frasco 5ml	unidade	1	320
17	Soro fisiológico 0,9% 10ml	unidade	4	1280
18	Soro fisiológico 1000ml	unidade	1	320
19	BIBAG 950g	unidade	1	320

3.2.2. HEMODIALISE ESTENDIDA – SLED

Item	Especificação	Unid.	Qtd. por Sessão	Qtd. prevista por mês (20 sessões)
1	Isolador de pressão	unidade	1	20
2	Dialisador de fibras capilares de polissulfona (ou outro de fibra 100% sintética similar) de alta performance, estéril, embalado individualmente, nos tamanhos correspondentes/aproximados: superfície	unidade	1	20

	1,6m até 2,2 m			
3	Linha de sangue para hemodiálise venosa, em embalagem estéril individual (RDC 185/2001)	unidade	1	20
4	Linha de sangue para hemodiálise arterial, sem catabolha, em embalagem estéril individual (RDC 185/2001)	unidade	1	20
5	Solução ácida – Galão de 5 litros	unidade	2	40
6	Solução básica – Galão de 5 litros	unidade	4	80
7	Agulha descartável 30x7	unidade	1	20
8	Equipo macrogotas flexível simples	unidade	1	20
9	Compressa 7,5 x 7,5 9 fios estéril (5unid. por pacote)	unidade	8	160
10	Luva de procedimento não estéril (par)	unidade	8	160
11	Luva de procedimento estéril 7,5 (par)	unidade	2	40
12	Mascara descartável	unidade	2	40
13	Seringa 5ml 0,70x25 c/ agulha	unidade	1	20
14	Seringa 5ml s/ agulha	unidade	2	40
15	Seringa descartável 20ml s/ agulha	unidade	3	60
16	Heparina 5000UI/ml, frasco 5ml	unidade	1	20
17	Soro fisiológico 0,9% 10ml	unidade	4	80
18	Soro fisiológico 1000ml	unidade	1	80
19	BIBAG 950g	unidade	2	20

4. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI MUNICIPAL Nº 8.768/17

4.1. Tendo em vista a aplicabilidade dos critérios de tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e ao empreendedor individual no âmbito das licitações públicas, normativa esta interposta pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 52 a 56 da Lei Municipal nº 8.768/2017, julgamos oportuno estabelecer o seguinte:

A Fundação Municipal de Saúde, no exercício de suas funções, com o objetivo de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos dispositivos legais acima referenciados podem ter sua aplicabilidade dispensada pela autoridade responsável da licitação, de acordo com a conveniência e oportunidade, desse modo, com fulcro no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 57 da Lei Municipal nº 8.768/2017, cujos quais transcrevemos abaixo, respectivamente:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; (...)

Art. 57. Não serão aplicadas as normas dos arts. 52 a 56 desta Lei, quando:

II - O tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública, por registrarem preço superior ao valor estabelecido como referência, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, por incompatibilidade na aplicação dos benefícios; (...)

Em virtude de tratar-se de uma contratação de empresa especializada para prestação de serviços de hemodiálise à beira do leito, e devido as singularidades no objeto quanto a divisibilidade da prestação do serviço em tela, não se aplicará os efeitos da LC nº 123/2006, bem como da Lei Municipal nº 8.768/17, para este termo em específico.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta da Categoria Econômica do Orçamento vigente, sobre a **Fonte de Recurso: 133**.

6. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

6.1. As especificações técnicas, bem como a quantidade dos materiais a serem adquiridos, foram baseadas na série histórica de consumo do serviço de DIALISE da Fundação Municipal de Saúde, considerando a média de consumo de anos anteriores e ainda na perspectiva do surgimento de situações imprevisíveis, neste caso, utilizamos para a base de cálculo, além do quantitativo necessário para suprir a demanda existente, um percentual a mais para as que venham a surgir. A média mensal gira hoje em torno de 336 sessões e foi acrescida em 10%, provisionando um futuro aumento da variação da demanda no período.

Número de Sessões			
Ano 2017	HFM	HGG	Total
Janeiro	87	136	223
Fevereiro	110	131	241
Março	121	171	292
Abril	103	131	234
Maio	103	148	251
Junho	110	203	313
Julho	115	209	324
Agosto	109	301	410
Setembro	152	237	389
Outubro	133	226	359
Novembro	110	209	319
Dezembro	131	188	319
Total	1384	2290	3674

Número de Sessões			
Ano 2018	HFM	HGG	Total
Janeiro	114	125	239
Fevereiro	75	115	190
Março	60	179	239
Abril	103	271	374
Maio	106	279	385
Junho	118	242	360
Total	575	1211	1787

7. DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1. A prestação de serviços de hemodiálise à beira de leito destinada aos pacientes internos dos Hospitais pertencentes a Fundação Municipal de Saúde;

7.2. A prestação de serviços realizar-se-á nas dependências das Unidades que integram a estrutura da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, a saber:

- HOSPITALGERALDEGUARUS, localizada na Avenida José Carlos Pereira Pinto, 400, Calabouço;
- HOSPITALFERREIRAMACHADO e HEMOCENTRO REGIONAL DE CAMPOS localizados na Rua Rocha Leão, 02 - Caju;

7.3. A execução dos serviços deverá ser realizada 24 (vinte e quatro) horas mediante Nota de Empenho e/ou Contrato e/ou Ordem de Serviço a ser emitida para cada solicitação da Fundação e de acordo com condições estabelecida no possível futuro contrato;

7.4. DESCRIÇÃO DO FLUXO DE ATENDIMENTO

- A solicitação será feita única e exclusivamente pelas Unidades solicitantes à CONTRATADA, mediante documento de autorização assinada pela diretoria clínica das unidades Hospital Ferreira Machado e Hospital Geral de Guarus;
- Para que haja acolhimento, análise e validação do procedimento pela CONTRATADA, as Unidades solicitantes encaminhará evolução clínica do paciente por e-mail ou fax, bem como o maior número possível de elementos, de forma a embasar tecnicamente o pedido formulado.
- Para tanto, informará a unidade solicitante, minimamente, dados pessoais do paciente, especificação do leito ocupado pelo mesmo, e estado clínico do paciente para melhor direcionar o profissional que atenderá ao chamado.
- Liberada a sessão, o chamado será aberto pela empresa contratada, por telefone ou e-mail (o meio de contato que a empresa disponibilizar, 24 horas, 7 dias por semana).
- A empresa deverá atender o chamado em até 3 (três) horas quando o caso for considerado "urgência dialítica" e em até 1 (uma) hora quando constatada "emergência dialítica". Este prazo será contado entre a autorização do procedimento pela direção clínica e paralelo contato com a empresa, e o início da sessão de hemodiálise, salvo casos omissos (falta de água ou energia elétrica no local).
- Não haverá pagamento de nenhuma taxa de conveniência caso o paciente venha a óbito ou for transferido a outro hospital entre a abertura e o atendimento do chamado.
- A cada sessão necessária, a unidade onde o paciente encontra-se internado deverá realizar uma solicitação. Não haverá liberação de sessões de hemodiálise por "pacote".
- O fluxo de autorização dos procedimentos é regulado entre a direção clínica e deverá ser atualizado pela equipe de nefrologia e/ou terapia intensiva, bem como ser seguido sempre que for alterado, a bem da execução contratual e da oferta dos serviços.

7.5. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- A cada sessão executada, a empresa prestadora do serviço deverá apresentar à unidade solicitante (GESTOR DO CONTRATO) um instrumento comprobatório do serviço prestado, com cópia eletrônica à GESTÃO DE CONTRATOS da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, assinado pelo seu Responsável Técnico - RT, contendo:
 - Guia de conduta definindo o método de tratamento proposto para o paciente que aguarda vaga na rede e que se encontra internado em uma das unidades subordinadas, baseado em protocolo reconhecido pela Sociedade Brasileira de Nefrologia;
 - Razão social da empresa;

- c. Carimbo e assinatura do RT, com o respectivo número de registro no Conselho de Classe da sua categoria;
- ii) O manuseio e aplicação de produtos devem ser feitos pro profissional devidamente capacitado, com a devida utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e certificado de aprovação necessário, bem como com a devida orientação técnica;
- iii) Para os fins de aplicação destes produtos químicos / farmacêuticos, devem ser observadas e atendidas as normas e legislação vigentes quanto à utilização, tomando todas as precauções necessárias para evitar danos à contratante ou a terceiros. Os produtos deverão possuir certificados de aprovação emitidos por órgãos competentes.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. A empresa se obriga, quanto aos equipamentos:

8.1.1. Apresentar os resultados das manutenções preventivas e vistorias periódicas dos equipamentos mensalmente, ou sempre que solicitado, mantendo os mesmos em total e adequada capacidade de funcionamento, visando o pleno atendimento contratual;

8.1.2. Apresentar certificados de garantia dos produtos e equipamentos a disposição do paciente na assistência;

8.1.3. Apresentar toda a relação de bens de consumo, de produtos químicos, equipamentos, com toda a documentação ou certificados que possibilitem identificar a qualidade dos produtos oferecidos, inclusive registros na ANVISA quando for o caso. Qualquer alteração quanto à mudança dos produtos deverá ser comunicada à contratante, com a devida antecedência;

8.1.4. Identificar todos os equipamentos, ferramenta e utensílios de sua propriedade, de forma a não confundi-los com similares de propriedade da contratante;

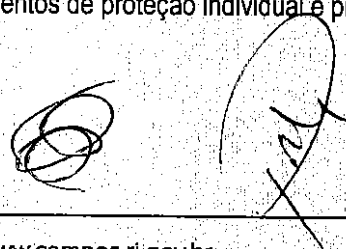
8.1.5. Substituir equipamentos danificados em até 24 horas, considerado o menor espaço de tempo possível entre a comunicação e a substituição do equipamento, em relevância ao estado de saúde do paciente, de forma a garantir a continuidade dos serviços;

8.2. A empresa se obriga, quanto aos profissionais prestadores do serviço:

8.2.1. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados envolvidos na prestação do serviço, encaminhando elementos com nível de instrução compatível e funções profissionais devidamente registradas em carteira de trabalho;

8.2.2. Manter equipe para atendimento do cronograma de acordo com as aplicações e eventuais necessidades de reforço, devidamente uniformizada, paramentada e identificada com crachá funcional;

8.2.3. Indicar Responsável Técnico – RT, devidamente habilitado e capacitado para supervisionar e garantir a execução dos serviços dentro das normas de boa prática e qualidade estabelecidas pela legislação e reciclagens periódicas, selecionar, escolher, adquirir e prover o uso adequado de equipamentos de proteção individual e produtos;



- 8.2.4. O responsável técnico pelo acompanhamento dos serviços deverá ser um profissional médico e um enfermeiro que possuam competências para tais atribuições em seus respectivos Conselhos de classe, e terão a obrigação de se reportar, quando for necessário, ao gestor / fiscal da contratante para providências.
- 8.2.5. Manter durante o período da prestação do serviço, profissionais capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 8.2.6. Fornecer todo o equipamento de higiene e segurança do trabalho aos profissionais, no exercício de suas funções;
- 8.2.7. Instruir os profissionais quanto às necessidades de acatar as orientações da contratante, seja pelo gestor (central) ou pelo fiscal (local) do contrato, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como de prevenção de incêndio nas dependências da prestação do serviço.
- 8.2.8. Manter disciplina dos funcionários à disposição da prestação do serviço, bem como assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências de prestação do serviço, ou de quaisquer outras instalações da contratante;
- 8.2.9. Atender de imediato as solicitações de substituição de profissional que não for considerado qualificado ou entendido como inadequado à prestação do serviço;
- 8.2.10. Manter controle de vacinação nos termos da legislação vigente aos funcionários diretamente envolvidos na prestação do serviço;
- 8.2.11. O implante de cateter para realização da sessão ocorrerá conforme necessidade do serviço, sendo de responsabilidade da contratada. Igualmente, deverá ser feito por médico nefrologista, podendo ser feito também por médico intensivista da Contratada, por tratar-se de procedimento rotineiro em unidades de terapia intensiva, avaliado o estado clínico do paciente.
- 8.2.12. Poderá ser acordado entre a unidade solicitante e a empresa contratada, **excepcionalmente**, que o implante do cateter seja feito pelo intensivista de plantão na unidade solicitante, **visando a preservação da vida do paciente**.
- 8.3. Além das obrigações gerais estabelecidas por contrato, a empresa se obriga, **quanto aos materiais específicos (insumos) a ser utilizados ao serviço:**
- 8.3.1. Disponibilizar equipo venoso para hemodiálise, equipo arterial para hemodiálise, cateter para hemodiálise (duplo lúmen), dialisador com filtro capilar, solução de bicarbonato de sódio para hemodiálise e solução para hemodiálise, bem como máquina adequada ao tipo de procedimento, com tratamento de água acoplada, para a realização dos procedimentos de hemodiálise; bem como linhas e soluções necessárias para sua execução.
- 8.3.2. Fornecer todos os materiais, utensílios, insumos, produtos e equipamentos (inclusive sacos plásticos para acondicionamento de resíduos) necessários à realização da hemodiálise, em quantidades suficientes e qualidade necessária à perfeita execução dos serviços.
- 8.4. A empresa se obriga, ainda, quanto **à execução dos serviços:**
- 8.4.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;



164
Q

- 8.4.2. Não transferir, em hipótese alguma, suas obrigações contratuais, total ou em parte, a outra empresa prestadora de serviços;
- 8.4.3. Dar ciência por escrito ao gestor, ou ao fiscal do contrato, referente a qualquer anormalidade que venha a prejudicar a execução contratual;
- 8.4.4. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo possível;
- 8.4.5. Responsabilizar-se por paralisações dos serviços por parte de seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à contratante, para que não haja interrupção do serviço contratado;
- 8.4.6. Permitir e colaborar com a fiscalização do serviço por técnicos especialmente designados pela contratante (gestor – central ou fiscal – local), emitindo relatório sobre a qualidade dos serviços prestados, mensalmente, indicando os cálculos de valores a serem faturados;
- 8.4.7. Emitir laudos, que devem ser assinados pelo RT da empresa;
- 8.4.8. Emitir certificado de execução dos serviços, com a respectiva validade dos mesmos;
- 8.4.9. Observar conduta adequada na utilização dos equipamentos;
- 8.4.10. Responder por danos causados à contratante, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços contratados, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade na fiscalização ou acompanhamento pela contratante;
- 8.4.11. Apresentar mensalmente relatório das atividades executadas juntamente com a Nota Fiscal – Fatura;
- 8.4.12. Designar, por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, Preposto que tenha poderes para resolução de ocorrências durante a execução dos serviços;
- 8.4.13. Programar, com antecedência, e submeter à aprovação da contratante todos os serviços que impliquem em interdição de áreas ou setores críticos do hospital.

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 9.1. A Contratante deverá:
- 9.1.1. Manter controle das sessões de hemodiálise autorizadas, para confrontação com a estimativa apresentada nos quantitativos descritos no Item 3 (DA ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO), deste Termo de Referência.
- 9.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas designadas (o gestor definirá os fiscais de cada unidade subordinada, descritas neste Termo de Referência).
- 9.1.3. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido em contrato.
- 9.1.4. Fica ressalvado à Contratante o direito de adicionar a execução os serviços que julgar necessários à melhoria de desempenho, funcionalidade e operacionalidade dos trabalhos ora propostos, nos termos da lei.
- 9.1.5. As unidades de saúde atendidas pelo presente Projeto Básico deverão garantir que toda comunicação de intercorrência (solicitação de reparo, reclamações do asseio, ausência de equipamento ou insumo de assistência, postura profissional da equipe à disposição do serviço) seja feita diretamente ao Gestor do Contrato e fiscais. Essa comunicação



165
Ⓢ

deverá ser feita via email, com cópia ao email corporativo da empresa contratada, que será fornecido pela mesma. Desta forma serão garantidos os prazos mínimos e máximos para atendimento de substituição de pessoal, reposição de equipamentos ou insumos, ou correção de procedimento.

10. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

10.1. O prazo de vigência da presente contratação será de **12 (doze) meses**, e iniciar-se-á da sua publicação, podendo ser prorrogável por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Os licitantes deverão apresentar no instante de realização do certame, além dos documentos de habilitação exigidos pela Lei nº 8.666/93, os seguintes documentos:

11.1.1. **Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica ou certidão**, expedido por pessoa jurídica de Direito Público ou privado, **(no último caso, o atestado deverá ter firma reconhecida)**, apresentado em papel timbrado do emitente, que comprove ter a licitante prestado ou está prestando serviços, de maneira satisfatória e a contento, com natureza e características técnicas compatíveis com o objeto licitado;

11.1.2. Alvará de Licença atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal da sede da licitante, de acordo com o Código Sanitário e legislação complementar;

11.1.3. Registro da Empresa junto ao Conselho Regional de Medicina, com responsável técnico MÉDICO vinculado à empresa, comprovado através de quadro societário, CLT, contrato de prestação de serviço vigente que comprovado o vínculo.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA de acordo com as ordens de fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura a CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após a execução de cada parcela contratual, desde que não haja fator impeditivo por parte da licitante adjudicada.

12.2. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar as cópias da **CND CRF e FGTS (CEF)**, dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

12.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de **30 (trinta) dias** começa a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento das obrigações assumidas em razão desta licitação e das obrigações contratuais sujeitará a(s) licitante(s) adjudicatária(s), garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Pelo atraso injustificado na entrega do item objeto da licitação, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a entrega do item, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações requeridas;

13.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

13.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

13.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;

13.1.6. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, também ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

13.2. As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

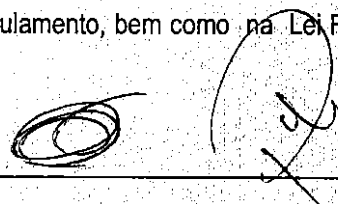
14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. O servidor da Fundação Municipal de Saúde, responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato;

14.2. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, o recebimento dos serviços será efetuado, por profissional designado pela Presidência da Fundação, sendo que, após comprovação acerca das especificações, da qualidade e quantidade dos serviços prestados, encaminhará a respectiva Nota Fiscal/Fatura;

14.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder quaisquer diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se a CONTRATADA às cominações legais;

14.4. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº




8.666/93 e na Lei Federal n. 8.080/90, ensejará a rescisão do contrato, sendo possibilitado o contraditório e ampla defesa.

15. DAS GLOSAS

- 15.1. É reservado ao CONTRATANTE, mediante análise técnica e administrativa (Auditoria), o direito de glosa total ou parcialmente, nos procedimentos apresentados, em desacordo com as disposições contidas nos Termo de CONTRATO, de acordo com a legislação complementar aplicável e atos normativos pertinentes;
- 15.2. Para efeitos de análise, serão observadas as exigências dispostas nos itens 3; 7 e 8 do presente termo de referência.
- 15.3. A CONTRATADA disponibilizará a documentação de comprovação dos gastos, juntamente com a Fatura para o processo de lisura.
- 15.4. O CONTRATANTE deverá verificar a lisura das contas apresentadas. Havendo, na conta, algum item ou valor divergente, o CONTRATANTE deverá apresentar à CONTRATADA, por escrito, o relatório de Glosa;
- 15.5. A CONTRATADA em caso de discordância com os valores glosados pelo CONTRATANTE terá prazo de 30 (trinta) dias para recorrer da glosa, também por escrito, em formulário próprio, com a devida justificativa de revisão do valor ou valores glosados;
- 15.6. O recurso de Glosa, supracitado, apresentado tempestivamente pela CONTRATADA será deferido ou não pelo CONTRATANTE com a devida justificativa;
- 15.7. Finalizado o processo de glosa, será emitido o recibo do total correspondente aos valores aceitos por ambas as partes;
- 15.8. Serão motivos de glosa por parte do CONTRATANTE: valores em discordância aos pactuados na seção "Do Valor do Serviço".

16. DO FORO

- 16.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ.


Fechado em 08/05/2018
Superintendente do HFM.
Matrícula 29143
CPF 02.43051-7

Dr. Abdu Neme J. Maknani Neto
Fundação Municipal de Saúde
Presidente

do município